



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

Unidade curricular

**Justiça Constitucional**

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Pedro Lomba

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

N/A

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O presente seminário da disciplina de Justiça Constitucional terá por tema:

***“Justiça Constitucional e Direito da Liberdade de Expressão: desenvolvimentos recentes na era digital”***

Estamos a viver um tempo de grande aceleração digital e tecnológica que alterou os contextos onde as pessoas comunicam, o modo como comunicam e o impacto dessas comunicações.

O aparecimento de plataformas digitais de grande dimensão – serviços de busca, redes sociais, serviços de partilha de vídeos, serviços audiovisuais a pedido - traz um conjunto de novas dimensões jurídicas e constitucionais para o direito da liberdade de expressão.

Na era do You Tube, do Facebook, do Twitter, do Google, como é que a liberdade de expressão deve ser definida, protegida e regulada? E como é que os tribunais constitucionais têm respondido ao tema.

Estamos, também por isso, num tempo de grande internacionalização do direito da liberdade de expressão, como se poderá inferir por várias décadas de aplicação do direito no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e pelos novos choques e conflitos transnacionais.

Surgiram novas controvérsias, seja nas fronteiras entre liberdade de expressão e proteção de dados, o direito ao esquecimento, a liberdade académica, a publicidade comercial ou a propriedade intelectual. A pandemia da Covid-19 evidenciou o conflito entre liberdade de expressão e ciência. A desinformação levanta tantos outros problemas de definição e regulação.

Um Curso de Mestrado sobre a Justiça Constitucional e o Direito da Liberdade de Expressão e Transformação Tecnológica, na era digital, tem, pois, hoje múltiplos motivos de interesse.

Conteúdos programáticos

### *Parte I - Introdução*

1. O sistema português de fiscalização da constitucionalidade e da legalidade
  - A. As origens históricas do sistema e o papel do TC
  - B. Os modelos de fiscalização
    - i. Fiscalização preventiva
    - ii. Fiscalização concreta
    - iii. Fiscalização sucessiva abstrata
  - C. Os problemas do sistema

### *Parte II – Aspetos Gerais*

1. Constituição e liberdade de expressão



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

2. O âmbito de proteção da liberdade de expressão
3. A internacionalização do direito da liberdade de expressão: o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e o Tribunal de Justiça da União Europeia
4. O impacto da sociedade digital no espaço público democrático

#### *Parte III – Novos contextos*

1. Liberdade de expressão, princípio da verdade e fake news
2. Liberdade de expressão, propaganda e eleições
3. Liberdade de expressão e redes sociais (autorregulação)
4. Liberdade de expressão na Internet (hetero-regulação e co-regulação): moderação de conteúdos e discurso de ódio
5. Liberdade de expressão e responsabilidade dos intermediários
6. Internet, cyberspeech e atividade criminal

#### *Parte IV – Novos controvérsias*

1. Liberdade de expressão no desporto
2. Liberdade de expressão e religião
3. Liberdade de expressão e universidade
4. Liberdade de expressão e relações laborais
5. Presente e futuro do direito da difamação
6. Liberdade de expressão e o processo judicial
7. Liberdade de expressão e media

#### *Parte V – Novos conflitos*

1. Liberdade de expressão, ciência e discurso científico
2. Liberdade de expressão, privacidade e proteção de dados
3. Liberdade de expressão, vigilância e segurança nacional
4. Liberdade de expressão e marcas
5. Liberdade de expressão e propriedade Intelectual
6. Liberdade de expressão e segredos comerciais
7. Liberdade de expressão na esfera económica e profissional

#### Conclusão

#### Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O tema do presente seminário confronta-nos com os desafios atuais da justiça constitucional perante a forma como a era digital afeta a nossa compreensão dogmática da liberdade de expressão.

#### Metodologias de ensino (avaliação incluída)

O ensino em modelo de seminário seguirá a seguinte metodologia:

1. Fase de lecionação (apresentação dos conteúdos da disciplina, de modo a suscitar nos alunos o interesse por temas e abordagens de investigação)
2. Fase de apresentação oral sobre um tema selecionado pelo aluno, o que constituirá a base do relatório escrito.

A nova de avaliação irá corresponder às ponderações dos elementos supra, nos seguintes termos: 20% para a fase 2; 30% para a apresentação da fase 2; 50% relatório escrito.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O modelo de seminário aqui esboçado permitirá orientar as aulas em regime teórico-prático, sendo que os alunos não serão unicamente recetores passivos de conteúdos, mas terão à sua disposição casos judiciais, materiais de apoio e textos críticos. Poderão assim exercer uma aprendizagem ativa e desenvolver as suas competências e interesses de investigação. Procura-se, por outro lado, incentivar a criatividade, inovação e o interesse dos alunos por novas áreas do controlo da constitucionalidade.

### Bibliografia principal

Obras gerais sobre fiscalização da constitucionalidade:

- Miranda, Jorge, *Fiscalização da Constitucionalidade*, Coimbra, 2017
- Canotilho, Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 3ª ed., Coimbra 2007
- Otero, Paulo, *Legalidade e Administração Pública*, Coimbra, 2003
- Blanco de Moraes, Carlos, *Justiça Constitucional*, I, 2ª ed., Coimbra, 2006, e II, 2ª ed., Coimbra, 2011
- Reis Novais, Jorge, *Sistema Português de Fiscalização da Constitucionalidade*, AAFDL, 2ª ed., 2019
- Reis Novais, Jorge, *Direitos Fundamentais e Justiça Constitucional em Estado de Direito Democrático*, Coimbra, 2012
- Mota Pinto, Paulo, *Direitos de Personalidade e Direitos Fundamentais*, Coimbra, 2018.
- Tavares, André, *Justiça Constitucional e suas fundamentais funções*, Brasília a. 43 n. 171 jul./set. 2006.
- Mendes, Conrado Hubner, *The Supreme Federal Tribunal of Brazil*. In A. Jakab, A. Dyevre, & G. Itzcovich (Eds.), *Comparative Constitutional Reasoning*, Cambridge: Cambridge University Press.

Obras sobre liberdade de expressão:

- ADRIENNE STONE e FREDERICK SCHAUER, *The Oxford Handbook of FREEDOM OF SPEECH*, Oxford University Press, 2021
- JACK M. BALKIN, "Information Fiduciaries and the First Amendment, University of California, Davis, Vol. 49, 2016
- JACK M. BALKIN, "Free Speech in the Algorithmic Society: Big Data, Private Governance, and New School Speech Regulation", University of California, Davis, Vol. 51, 2018
- JOSÉ DE MELO ALEXANDRINO, "O Âmbito Constitucionalmente Protegido da Liberdade de Expressão", in Carlos Blanco de Moraes, Maria Luísa Duarte, Raquel Alexandra Brízida Castro (coordenação), *Media, Direito e Democracia*, Almedina, 2014.
- PEDRO LOMBA, *Liberdade de Expressão no Contexto Comercial: Comunicações comerciais e as fronteiras entre autodeterminação económica, competência pública e discurso público*, no prelo, 2022
- JÓNATAS MACHADO, *Liberdade de Expressão – Dimensões Constitucionais da Esfera Pública no Sistema Social*, Coimbra Editora, 2002.

Outras obras especializadas:

- ORESTE POLLICINO, *Judicial Protection of Fundamental Rights on the Internet*, Hart, 2012
- ORESTE POLLICINO AND GRAZIELLA ROMEO, *The Internet and Constitutional Law: The protection of fundamental rights and constitutional adjudication in Europe*, Routledge, 2016
- GIOVANNI DE GREGORIO, *Digital Constitutionalism in Europe: Reframing Rights and Powers in the Algorithmic Society*, Oxford University Press, 2022
- FOLKERT WILMAN, *The Responsibility of Online Intermediaries for Illegal User Content in the EU and the US*, Elgar, 2020.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Curricular unit sheet

Course LLM Law and Legal Science

### CONSTITUCIONAL JUSTICE

**Constitutional Justice and the Right to Freedom of Expression: recent developments in the digital age**

Curricular unit

Constitutional Justice and the Right to Freedom of Expression: recent developments in the digital age

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Pedro Alexandre Vicente de Araújo Lomba

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

(N.A)

Learning outcomes of the curricular unit

The present seminar of the discipline of Constitutional Justice will have as its theme:

**"Constitutional Justice and the Right to Freedom of Expression: recent developments in the digital age".**

We are living in a time of great digital and technological acceleration that has changed the contexts where people communicate, the way they communicate and the impact of those communications.

The emergence of large-scale digital platforms - search services, social networks, video-sharing services, on-demand audiovisual services - brings a number of new legal and constitutional dimensions to the right to freedom of expression.

In the age of You Tube, Facebook, Twitter, Google, how should freedom of expression be defined, protected and regulated? And how have the constitutional courts responded to the issue.

We are, therefore, also in a time of great internationalisation of the right to freedom of expression, as may be inferred by several decades of application of the right in the European Court of Human Rights and by the new transnational clashes and conflicts.

New controversies have arisen, whether on the borders between freedom of expression and data protection, the right to forget, academic freedom, commercial advertising or intellectual property. The Covid-19 pandemic highlighted the conflict between freedom of expression and science. Disinformation raises so many other problems of definition and regulation.

A Master Course on Constitutional Justice and the Law of Freedom of Expression and Technological Transformation, in the digital age, has therefore, today, multiple reasons for interest.

Syllabus

#### *Parte I - Introdução*

1. O sistema português de fiscalização da constitucionalidade e da legalidade
  - A. As origens históricas do sistema e o papel do TC
  - B. Os modelos de fiscalização
    - i. Fiscalização preventiva
    - ii. Fiscalização concreta
    - iii. Fiscalização sucessiva abstrata
  - C. Os problemas do sistema

#### *Parte II – Aspetos Gerais*



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

1. Constituição e liberdade de expressão
2. O âmbito de proteção da liberdade de expressão
3. A internacionalização do direito da liberdade de expressão: o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e o Tribunal de Justiça da União Europeia
4. O impacto da sociedade digital no espaço público democrático

#### *Parte III – Novos contextos*

1. Liberdade de expressão, princípio da verdade e fake news
2. Liberdade de expressão, propaganda e eleições
3. Liberdade de expressão e redes sociais (autorregulação)
4. Liberdade de expressão na Internet (hetero-regulação e co-regulação): moderação de conteúdos e discurso de ódio
5. Liberdade de expressão e responsabilidade dos intermediários
6. Internet, cyberspeech e atividade criminal

#### *Parte IV – Novos controvérsias*

1. Liberdade de expressão no desporto
2. Liberdade de expressão e religião
3. Liberdade de expressão e universidade
4. Liberdade de expressão e relações laborais
5. Presente e futuro do direito da difamação
6. Liberdade de expressão e o processo judicial
7. Liberdade de expressão e media

#### *Parte V – Novos conflitos*

1. Liberdade de expressão, ciência e discurso científico
2. Liberdade de expressão, privacidade e proteção de dados
3. Liberdade de expressão, vigilância e segurança nacional
4. Liberdade de expressão e marcas
5. Liberdade de expressão e propriedade Intelectual
6. Liberdade de expressão e segredos comerciais
7. Liberdade de expressão na esfera económica e profissional

#### Conclusão

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The theme of this seminar confronts us with the current challenges for constitutional justice in the face of how the digital age affects our dogmatic understanding of freedom of expression.

#### Teaching methodologies (including evaluation)

Teaching in seminar model will follow the following methodology:

1. Teaching phase (presentation of the contents of the discipline, in order to arouse students' interest in research topics and approaches)
2. Oral presentation phase on a topic selected by the student, which will form the basis of the written report.

The new assessment will correspond to the weightings of the above elements, as follows: 20% for stage 2; 30% for the presentation of stage 2; 50% written report.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

### Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The seminar model outlined here will allow to guide the classes in a theoretical-practical regime, where students will not be only passive receptors of contents, but will have at their disposal court cases, support materials and critical texts. They will thus be able to exercise active learning and develop their research skills and interests. On the other hand, it is intended to encourage students' creativity, innovation and interest in new areas of constitutionality control.

### Main Bibliography

- Miranda, Jorge, *Fiscalização da Constitucionalidade*, Coimbra, 2017
- Canotilho, Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 3ª ed., Coimbra 2007
- Otero, Paulo, *Legalidade e Administração Pública*, Coimbra, 2003
- Blanco de Moraes, Carlos, *Justiça Constitucional*, I, 2ª ed., Coimbra, 2006, e II, 2ª ed., Coimbra, 2011
- Reis Novais, Jorge, *Sistema Português de Fiscalização da Constitucionalidade*, AAFDL, 2ª ed., 2019
- Reis Novais, Jorge, *Direitos Fundamentais e Justiça Constitucional em Estado de Direito Democrático*, Coimbra, 2012
- Mota Pinto, Paulo, *Direitos de Personalidade e Direitos Fundamentais*, Coimbra, 2018.
- Tavares, André, *Justiça Constitucional e suas fundamentais funções*, Brasília a. 43 n. 171 jul./set. 2006.
- Mendes, Conrado Hubner, *The Supreme Federal Tribunal of Brazil*. In A. Jakab, A. Dyevre, & G. Itzcovich (Eds.), *Comparative Constitutional Reasoning*, Cambridge: Cambridge University Press.
- ADRIENNE STONE e FREDERICK SCHAUER, *The Oxford Handbook of FREEDOM OF SPEECH*, Oxford University Press, 2021
- JACK M. BALKIN, "Information Fiduciaries and the First Amendment, University of California, Davis, Vol. 49, 2016
- JACK M. BALKIN, "Free Speech in the Algorithmic Society: Big Data, Private Governance, and New School Speech Regulation", University of California, Davis, Vol. 51, 2018
- JOSÉ DE MELO ALEXANDRINO, "O Âmbito Constitucionalmente Protegido da Liberdade de Expressão", in Carlos Blanco de Moraes, Maria Luísa Duarte, Raquel Alexandra Brízida Castro (coordenação), *Media, Direito e Democracia*, Almedina, 2014.
- PEDRO LOMBA, *Liberdade de Expressão no Contexto Comercial: Comunicações comerciais e as fronteiras entre autodeterminação económica, competência pública e discurso público*, no prelo, 2022
- JÓNATAS MACHADO, *Liberdade de Expressão – Dimensões Constitucionais da Esfera Pública no Sistema Social*, Coimbra Editora, 2002.
- ORESTE POLLICINO, *Judicial Protection of Fundamental Rights on the Internet*, Hart, 2012
- ORESTE POLLICINO AND GRAZIELLA ROMEO, *The Internet and Constitutional Law: The protection of fundamental rights and constitutional adjudication in Europe*, Routledge, 2016
- GIOVANNI DE GREGORIO, *Digital Constitutionalism in Europe: Reframing Rights and Powers in the Algorithmic Society*, Oxford University Press, 2022
- FOLKERT WILMAN, *The Responsibility of Online Intermediaries for Illegal User Content in the EU and the US*, Elgar, 2020.

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.